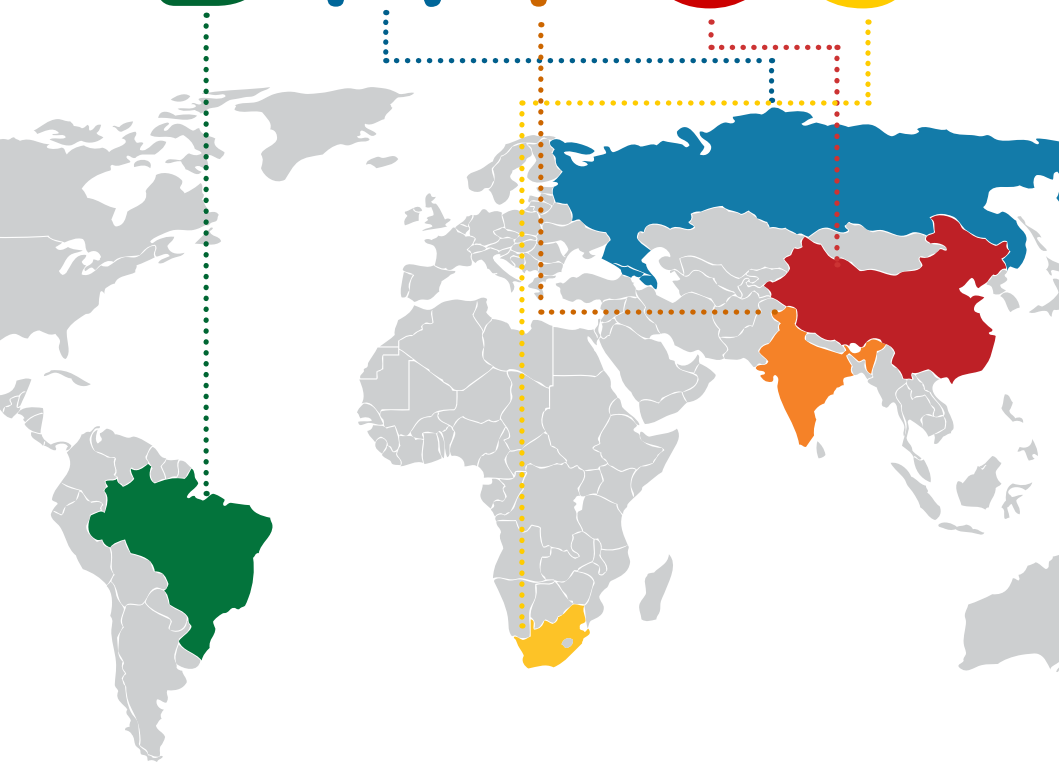


As mulheres nos países

BRICS



DESIGUALDADES, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS

equit
INSTITUTO

Genero Economia e Cidadania Global



As mulheres nos países BRICS

Desigualdades, contradições e desafios

Nos últimos anos, o mundo mudou de forma substantiva. A partir da queda do Muro de Berlim, no início da década de 1990, o poder unipolar exercido pelos EUA tem se desgastado em diversas batalhas globais tendentes à multilateralização da governança global.

Os movimentos sociais inicialmente mobilizados pelo ciclo das Conferências sociais das Nações Unidas e, logo a seguir, nas lutas contra as negociações de liberalização do comércio e dos investimentos, tiveram um papel central no fortalecimento da agenda dos Direitos Humanos e na resistência a acordos como o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e contra a própria consolidação da agenda liberalizante da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ademais, alguns governos, impulsionados por estas lutas dos anos 1990 e início deste século, se fortaleceram para enfrentar em grau crescente a agenda do Consenso de Washington e do modelo neoliberal hegemônico e a ampliação do multilateralismo na arena global.

Entretanto, a agenda neoliberal que desde o fim dos anos 1990 vinha sofrendo derrotas consideráveis, vem retomando sua agressividade a partir da crise econômico-financeira de 2008 e volta a mostrar o peso da sua expansão e domínio econômico, como também do controle político.

Foi também no contexto da crise global que os interesses de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul convergiram, e formou-se o bloco econômico dos BRICS. Por seu peso econômico e o tamanho de suas reservas monetárias, os BRICS viram aumentar seu poder de barganha e seu papel nas definições da arquitetura financeira global. Além disso, como os BRICS assumiram uma posição de crítica ao sistema financeiro internacional e na recomposição geoestratégica global, o bloco saiu fortalecido.

As diretrizes políticas e econômicas dos BRICS ainda não estão claramente definidas e também, por isso, vem sendo objeto de muita controvérsia e disputa, não apenas por parte dos governos dos países membros, mas também pelos interesses das corporações internacionais e crescentemente pelas entidades da sociedade civil. Inclusive porque a crise global também chegou aos países BRICS e, por isso, o ritmo das suas taxas de crescimento também diminuiu como a dos países mais desenvolvidos.



As mulheres nos países BRICS

Por outro lado, o papel das mulheres no mundo e, em particular, nos países do chamado Sul Global também vem mudando de forma significativa nas últimas décadas, especialmente em relação à inserção crescente das mulheres no mundo do trabalho e nos espaços de poder.

O avanço da industrialização, em particular com a globalização, transformou a estrutura produtiva e “deu continuidade ao processo de urbanização, elementos que, junto à queda das taxas de fecundidade que vem sendo observada também em países menos desenvolvidos, proporcionaram um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. A sociedade urbano-industrial provocou uma mudança em todas as classes sociais, no mundo todo”¹.

No entanto, as mulheres, em sua maioria, não quebraram a interdependência entre vida familiar e vida do trabalho, e assim a invisibilidade do trabalho feminino doméstico se mantém, como também as desigualdades que qualificam sua inserção produtiva. As mulheres de todo o mundo são confrontadas por problemas comuns, como a violência doméstica e sexual, a falta de garantia dos direitos sexuais e re-

¹ Melo, Hildete Pereira de. A construção da igualdade no Brasil. In: **Desenvolvimento e Gênero no Sul Global**. Rio de Janeiro: Instituto EQUIT, 2015.



produtivos, as desigualdades na remuneração de homens e mulheres, a maior presença feminina na informalidade, dentre outras formas que assumem as desigualdades e, em particular, as discriminações de gênero. Tais problemáticas estão presentes com força nos países BRICS que não fogem dessa realidade e, pelo contrário, apresentam dados que revelam profundas desigualdades de gênero.

Conhecendo essa problemática em comum, consideramos que o âmbito dos BRICS – países que se mostram importantes na disputa pelos rumos do desenvolvimento do Sul global – nos oferece uma oportunidade para desenvolver os debates sobre tais desigualdades, ao mesmo tempo em que podemos fortalecer a sociedade civil de tais países para o enfrentamento destas mazelas sociais.

Acreditamos que é essencial disputar os rumos políticos e econômicos dos BRICS, e para isto se faz necessária a articulação da sociedade civil de tais países, e neste caso dos movimentos de mulheres e movimentos feministas dos países BRICS e outros. Para isto, precisa-se de informação inicial sobre a situação das mulheres e os principais desafios que as mesmas vivenciam nos seus países. Assim, gostaríamos de contribuir com esta cartilha com dados que consideramos relevantes para uma leitura inicial da realidade social e do modelo de desenvolvimento dos países BRICS, e a situação das mulheres que neles vivem a batalha cotidiana do cuidado com a vida.



Introdução

Em 2001, o então economista-chefe do grupo financeiro multinacional Goldman Sachs, Jim O'Neil, cunhou a sigla BRIC com base nas iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China para indicar um grupo de nações emergentes com características econômicas comuns e com manifesto potencial econômico para desafiar a ordem econômica internacional vigente, atuando como um contrapeso às economias dominantes do G-8 ou G-20 e influenciando diretamente no delineamento da governança global. No estudo intitulado "Building Better Global Economic BRICs", O'Neil afirma que estes países podem estar entre as economias mais importantes do planeta em cinquenta anos².

² O'NEILL, Jim. Building Better Global Economic BRICs. **Global Economics Paper**, n.66, novembro de 2001. Goldman Sachs.



Em setembro de 2006, ocorreu a primeira reunião de chanceleres do BRIC, de forma paralela à 61ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), em Nova York. Após algumas reuniões ministeriais e de Chefes de Estado em 2007 e 2008, em 2009 aconteceu a primeira cúpula dos países do BRIC, em Ecaterimburgo, na Rússia, na qual os líderes dos países enfatizaram o compromisso de trabalhar conjuntamente para a promoção da reforma das instituições financeiras internacionais e para a manutenção do sistema multilateral de comércio.

Em abril de 2011, a África do Sul – menor país do bloco em termos populacionais, territoriais e econômicos – ingressa como membro do grupo, estimulada pela China e com apoio irrestrito da Rússia, que passa a se chamar BRICS. Apesar do intenso debate gerado em torno desta adesão, o país representou um importante acesso dos membros do BRICS ao continente africano, corroborando a ideia de seu grande valor econômico.

A V Cúpula ocorreu em Durban, na África do Sul, em março de 2013, concluindo o primeiro ciclo de cúpulas do BRICS, no qual foi reafirmado o compromisso com a promoção do direito internacional, do multilateralismo e do papel central das Nações Unidas. Desde a sua institucionalização, esforços com vistas a promover o estreitamento dos laços políticos, econômicos e comerciais do grupo têm sido realizados. Os periódicos encontros formais dos líderes dos países, de ministros e altos funcionários, a criação do conselho empresarial, o projeto de implantação do banco de desenvolvimento, o financiamento conjunto de projetos de infraestrutura na África e etc. fazem parte da agenda de cooperação do BRICS.

A VI cúpula dos BRICS foi realizada em Fortaleza, nos dias 15 e 16 de julho de 2014. Ali o movimento social acompanhou as principais decisões, entre elas a importante criação do Novo Banco do Sul, que terá impactos substanciais sobre os processos de desenvolvimento dos países BRICS.

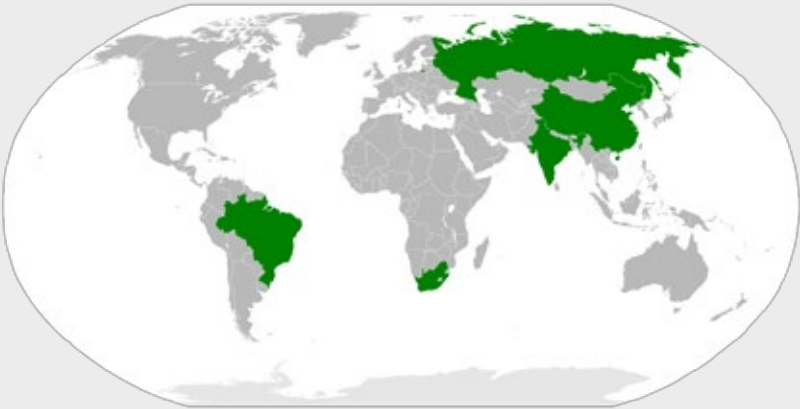
Em 2015, a VII Cúpula foi realizada na cidade de Ufá, na Rússia, e os resultados não foram muito promissores. Os acordos que seriam assinados criaram expectativas, porém os resultados foram poucos e de avanços limitados.

A reunião de 2016 terá lugar em Nova Délhi, na Índia, num momento crucial para a continuidade da articulação dos BRICS, que foram também impactados pela crise econômico-financeira que continua a estender seu alcance e profundidade.

A abrangência dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o avanço nas metas para conter as mudanças climáticas e a manutenção de negociações multilaterais no âmbito do comércio internacional, especialmente na área de agricultura, serão alguns dos enormes desafios globais que os BRICS deverão enfrentar nos próximos anos.

O rumo e a real incidência que os países BRICS poderão ter no cenário geopolítico global ainda são incertos, mas com certeza podemos afirmar que tais países terão um peso importante pelo tamanho de suas economias e populações. De fato, a expectativa é que ampliem sua participação para a multilateralização do tabuleiro internacional buscando o rumo do desenvolvimento com equidade e sustentabilidade, caso pretendam sair da situação de miséria e desigualdades que ainda sofrem suas populações.

Governo, Território e População



	Localização	Capital	Governo	Moeda
República Federativa do Brasil	América do Sul	Brasília	Presidenta (chefe de Estado e de Governo): Dilma Rousseff	Real
Federação Russa	Leste da Europa	Moscou	Presidente (chefe de Estado): Vladimir Putin Primeiro-ministro (chefe de governo): Dmitri Medvedev	Rublo
República da Índia	Sul da Ásia	Nova Délhi	Presidente (chefe de Estado): Shri Pranab Mukherjee Primeiro-ministro (chefe de governo): Shri Narendra Modi	Rúpia indiana
República Popular da China	Leste da Ásia	Beijing	Presidente (chefe de Estado): Xi Jinping Primeiro-ministro (chefe de governo): Li Keqiang	Renminbi
República da África do Sul	África meridional	Pretória, Cidade do Cabo, Bloemfontein	Presidente (chefe de Estado e de Governo): Jacob Zuma	Rand

Fonte: IBGE Países <http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>

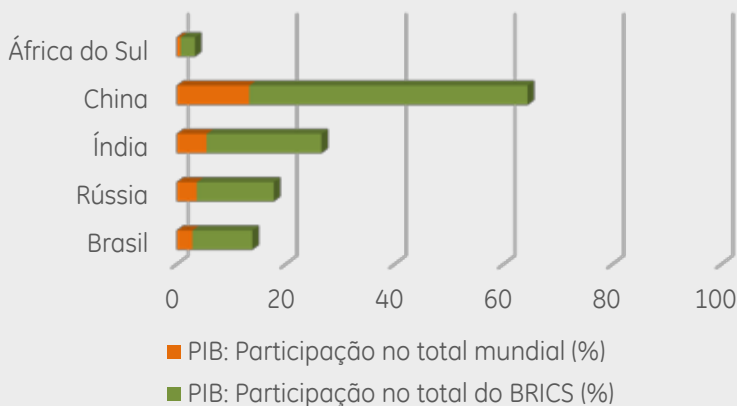
Território e População

	Território (km ²)	População (milhões de pessoas)	Densidade populacional (hab/km ²)	Taxa média anual do crescimento da população 2010 - 2015	População residente em área urbana
Brasil	8.515.767,05	202.033.670	24	0,84%	85,4%
Rússia	17.098.240	142.467.651	8	-0,10%	73,9%
Índia	3.287.260	1.267.401.849	386	1,32%	32,4%
China	9.600.000,5	1.393.783.836	145	0,42%	54,4%
África do Sul	1.219.090	53.139.528	44	0,51%	64,3%

Fonte: IBGE Países (<http://www.ibge.gov.br/paisesat/>)

Desenvolvimento econômico e comércio

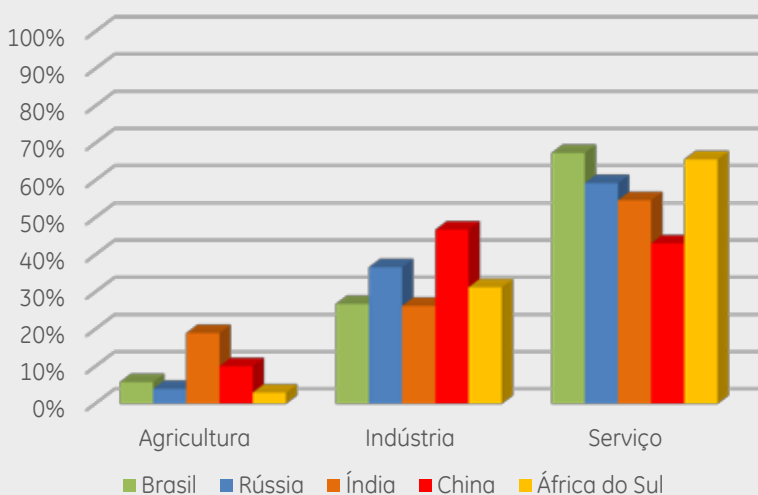
PIB: Participação no total mundial (%) e do BRICS (%)



Nota: Ano de Referência – 2010.

Fonte: UNIDO-UNU (2012). Structural Change, Poverty Reduction and Industrial Policy in the BRICS.

PIB por setores



Nota: Ano de Referência - 2010.

Fonte: UNIDO-UNU (2012). Structural Change, Poverty Reduction and Industrial Policy in the BRICS.

Agricultura

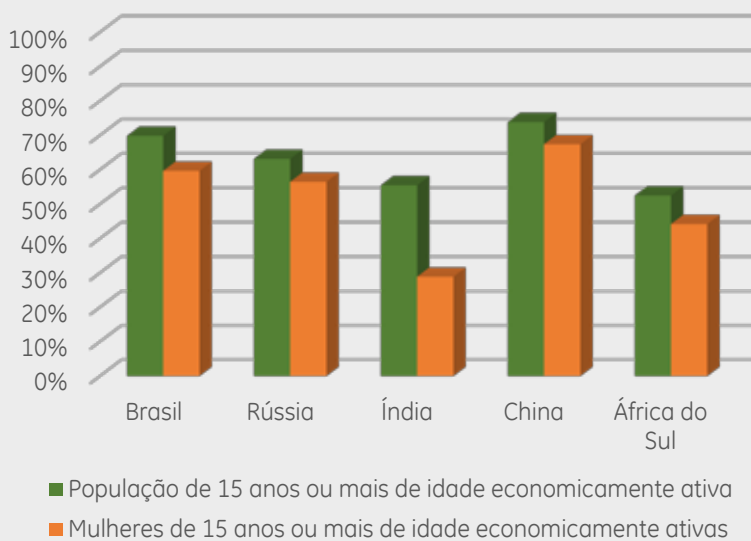


Nota: Ano de Referência - 2012.

Fonte: IBGE Países (<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>)

Mercado de Trabalho

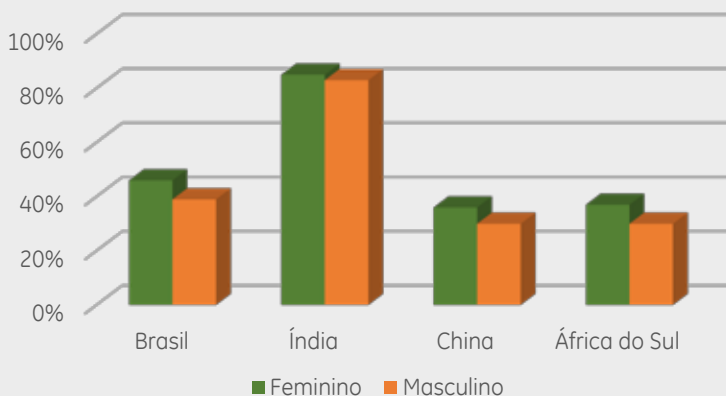
População Economicamente Ativa



Nota: Dados de 2012.

Fonte: IBGE países (<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>)

Trabalho Informal (% do trabalho não agrícola)

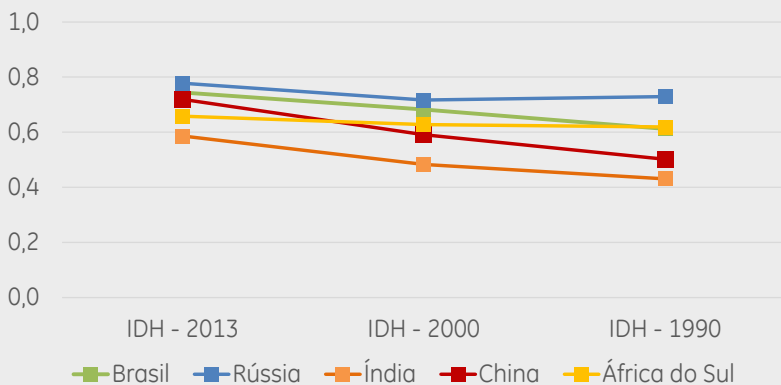


Nota: Não há dados disponíveis para a Rússia.

Fonte: World Economic Forum's Global Gender Gap Report, 2013.

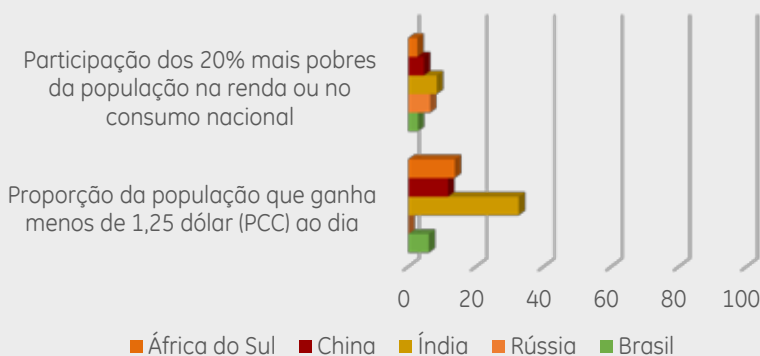
Desenvolvimento Social

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



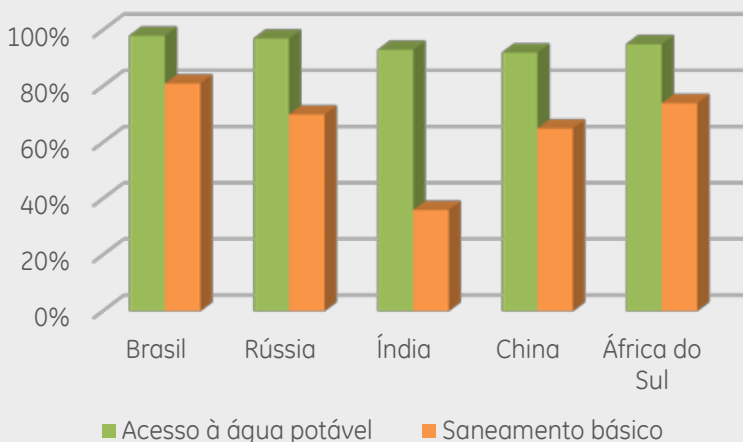
Nota: 0 = Nenhum desenvolvimento humano / 1 = Desenvolvimento humano total.
Nota: O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso em longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto ao PIB per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento.
Fonte: UNDP Human Development Report 2014.

Renda



Nota: Dados do Brasil, Rússia, China e África do Sul: 2009; Índia: 2010.
Fonte: IBGE países (<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>)

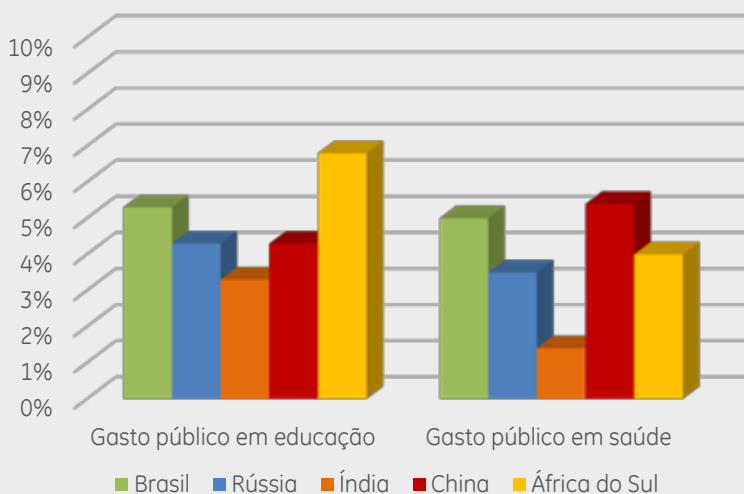
Proporção da população com acesso a saneamento básico e à água potável (% da população total)



Nota: O acesso às instalações sanitárias se refere à porcentagem da população com um acesso ao menos adequado a instalações de dejetos de excrementos que possam evitar eficazmente o contato de humanos, animais e insetos com os excrementos.

Fonte: IBGE países (<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>)

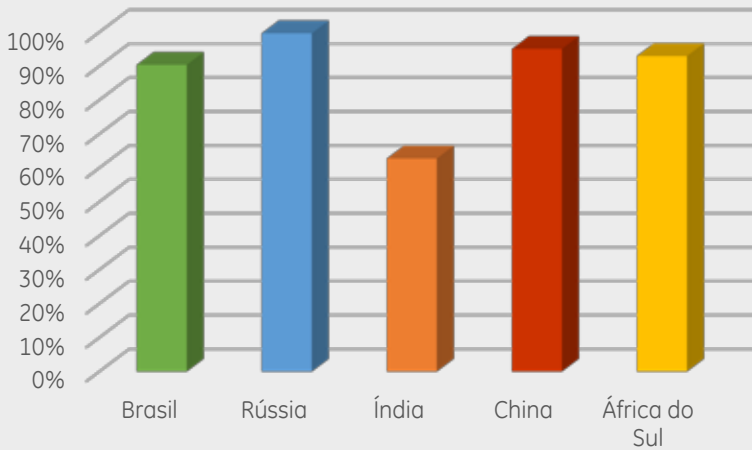
Gasto público em educação e saúde (% do PIB)



Nota: Dados da África do Sul, 2011; Brasil, Índia e China: 2012; e Rússia, 2013.

Fonte: BRICS Joint Statistical Publication 2014.

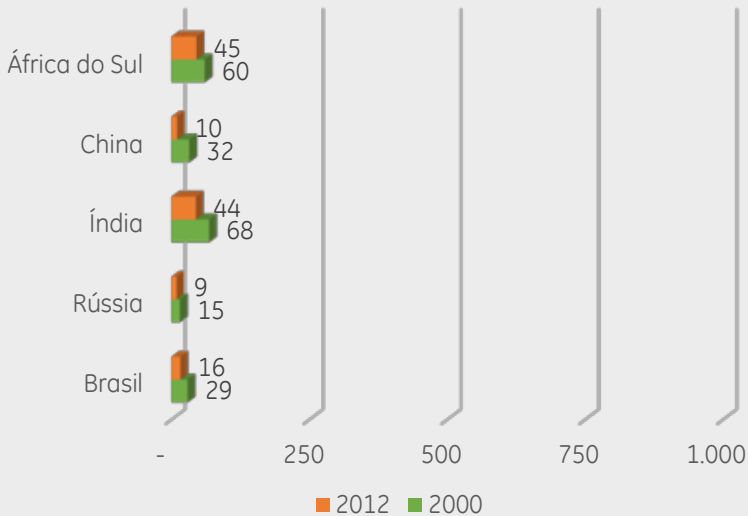
Taxa de alfabetização



Nota: Dados de 2012.

Fonte: IBGE países (<http://www.ibge.gov.br/paisesat/main.php>)

Taxa de mortalidade infantil (menores de 5 anos - por 1000 nascidos vivos)



Nota: Dados da África do Sul: 2004 e 2012.

Fonte: BRICS Joint Statistical Publication 2014.

Dados sobre as mulheres

% de mulheres nas cadeiras dos parlamentos nacionais



Fonte: Banco Mundial | Indicadores do Desenvolvimento Mundial.

Índice Global de Desigualdade de Gênero 2006 – 2013



Nota: O índice varia de 0 (total desigualdade) a 1 (total igualdade).

O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) reflete desigualdades com base no gênero em três dimensões: saúde reprodutiva – medida pelas taxas de mortalidade materna e de fertilidade entre as adolescentes –, autonomia – medida pela proporção de assentos

parlamentares ocupados por cada gênero e a obtenção de educação secundária ou superior por cada gênero; e a atividade econômica – medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada gênero. O IDG mostra a perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade entre as conquistas femininas e masculinas nas três dimensões do IDG (Fonte: Pnud).

Fonte: Global Gender Gap Report 2014 - World Economic Forum.

Mecanismos de Governo para Políticas Públicas para as Mulheres

Brasil	Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos
Rússia	Ministry of Labour and Social Protection
Índia	Ministry of Women & Child Development
China	National Working Committee on Women and Children under the State Council (NWCCW)
África do Sul	Ministry of Women, Children and Persons with Disabilities

Ratificação da CEDAW - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher

Brasil	Ratificada
Rússia	Ratificada
Índia	Ratificada
China	Ratificada
África do Sul	Ratificada

Histórico do BRICS

Desde 2009, chefes de Estado dos países BRICS se reúnem anualmente. Nos últimos sete anos, ocorreram sete reuniões de Cúpula, com a presença de todos os líderes do grupo:

I Cúpula: Ecaterimburgo, Rússia, 2009;

II Cúpula: Brasília, Brasil, 2010;

III Cúpula: Sanya, China, 2011;

IV Cúpula: Nova Délhi, Índia, 2012;

V Cúpula: Durban, África do Sul, 2013;

VI Cúpula: Fortaleza, Brasil, 2014;

VII Cúpula: Ufá, Rússia, 2015.

Temas estratégicos dos BRICS nas principais disputas globais

- Reforma dos Sistemas Financeiros Internacionais;
- Iniciativas de Comércio;
- Agricultura e segurança alimentar;
- Mudança climática;
- Cooperação para o desenvolvimento com África e América Latina;
- Financiamento ao Desenvolvimento;
- Regulamentação Financeira e Tributária;
- Pobreza e Desigualdade.

Fonte: John, L., 'Engaging BRICS: Challenges and Opportunities for Civil Society', Oxfam India Working Paper Series, OIWPS - XII, Oxfam India, New Delhi, 2012.

Outros resultados dos BRICS

Banco dos BRICS

O Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) despertou muita expectativa e ceticismo desde a ideia de sua criação, em 2012, como uma nova fonte de financiamento internacional suplementar ou alternativa a instituições como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, até a assinatura do acordo constitutivo, na VI Cúpula dos BRICS, em Fortaleza, em 2014, o que representou um passo relevante no que se refere à institucionalização do grupo. Com sede em Xangai, na China, iniciará suas operações, estima-se que em 2016, com um capital inicial subscrito de 50 bilhões, a ser expandido em 100 bilhões de dólares nos próximos anos, tendo como objetivo financiar projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável nos países signatários inicialmente, e, a seguir, em outros países em desenvolvimento.

Países integrantes das Nações Unidas podem fazer parte da instituição, em conformidade com o disposto nos artigos do Acordo constitutivo do Novo Banco de Desenvolvimento, contudo, os países-membros terão um poder de voto conjunto mínimo de 55%, e nenhum outro país terá poder de voto maior. Diferentemente da arquitetura vertical do Banco Mundial, para cada membro do NDB será atribuído um voto e nenhum país terá poder de veto, ou seja, Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul terão o mesmo poder de decisão no banco.

De acordo com o artigo 10, os membros serão representados politicamente por um conselho de governadores – órgão de cúpula de nível ministerial, que designará o conselho de diretores, responsável por conduzir as operações gerais. O presidente e vice-presidentes, serão também designados pelo conselho de governadores, devendo observar e resguardar os interesses da instituição, mas se reportam às entidades políticas supracitadas que representam os países. A Índia ocupará a primeira presidência, sendo sucedida após cinco anos pelo Brasil. O primeiro escritório regional do banco ficará localizado na África do Sul; a primeira direção de governadores será da Rússia e a de diretores, do Brasil.

Arranjo Contingente de Reservas (CRA, na sigla em inglês)

O chamado Acordo Contingente de Reservas dos BRICS é um fundo de reservas “virtual” que visa, segundo o tratado para seu estabelecimento, “prevenir pressões de curto prazo no balanço de pagamentos, fornecer apoio mútuo e reforçar a estabilidade financeira”. Com um capital inicial de US\$ 100 bilhões de dólares, tem a China como maior contribuinte, com aporte individual de US\$ 41 bilhões de dólares. Rússia, Índia e Brasil contribuem com US\$ 18 bilhões, e a África do Sul com US\$ 5 bilhões. Os recursos permanecerão nas reservas internacionais de cada país até que um país integrante submeta uma solicitação de apoio.

O acesso ao contingente é pelas contribuições individuais de cada país vezes um multiplicador: a China tem um multiplicador de 0,5; Brasil, Índia e Rússia, de 1; e a África do Sul, de 2. Cada parte pode solicitar apoio de até 30% do seu limite de acesso, desde que observadas as condições, salvaguardas e documentos necessários citados no artigo 14 do Tratado para o Estabelecimento do Arranjo Contingente de Reservas dos BRICS; o montante que exceder esse limite tem como condicionante um acordo com o FMI.

A estrutura de governança do ACR é composta pelo Conselho de Governadores, constituído por um governador e um suplente, que devem ser ministros de finanças ou presidentes dos bancos centrais, e pelo Comitê Permanente, composto por um diretor e um diretor suplente nomeados por cada país e pertencentes aos bancos centrais. Ao Conselho de Governadores caberão as decisões estratégicas e de alto nível, tomadas de modo consensual; enquanto ao Comitê Permanente caberão as decisões operacionais e de nível executivo. O país que estiver na presidência dos BRICS terá também o cargo de coordenador tanto do Conselho de Governadores quanto da Comissão Permanente.

Sociedade civil dos países BRICS

O rumo dos BRICS estará, com certeza, muito ligado à atuação das sociedades civis dos países que formam parte desta iniciativa. Analisar as semelhanças e diferenças na composição e formas de atuação dos movimentos sociais dos países BRICS tem se tornado a cada dia uma necessidade premente para refletir sobre o alcance do papel, não só que os BRICS possam jogar na governança global, como também nas mudanças globais nos próximos anos.

Resulta notória a enorme diversidade de situações que vivem as organizações e movimentos sociais em cada um dos países do Bloco. As dificuldades por eles enfrentadas, que vão do controle e a cooptação até a repressão e criminalização, são amplamente conhecidas, e os países BRICS ainda têm muito por percorrer para levar suas sociedades a patamares participativos e democráticos.

Entretanto, e apesar dos grandes obstáculos ao aprofundamento da articulação entre os BRICS, eles – junto com as organizações e movimentos sociais de tais países – estão diante da possibilidade e do desafio de promover tais mudanças. A importância da voz coordenada destes países emergentes, que buscam ser ouvidos nos âmbitos globais, se expressa fundamentalmente através do seu principal objetivo de atuação, que é “fortalecer uma nova formulação da governança global”³. Porém, será a disputa dos múltiplos fatores políticos destes governos com suas sociedades (e não somente as dos países BRICS) que terá um papel central na determinação do sentido e da orientação das mudanças e conquistas que serão alcançadas no processo de democratização da governança global.

A experiência brasileira tem demonstrado que a participação da sociedade civil nas decisões dos governos traz muitos ganhos, como o aumento da legitimidade política, o melhor desempenho das políticas, uma vez que há maior proximidade com as demandas e necessidades dos cidadãos e a possibilidade de mediar conflitos. Os espaços de participação permitem a incorporação de uma pluralidade de atores sociais nos processos decisórios sobre as políticas, não se restringindo apenas aos grupos sociais com influência sobre os tomadores de decisão tradicionais. Ademais, a participação social contribui para o aperfeiçoamento da democracia, pois se trata de mecanismo que assegura a participa-

³ OLIVEIRA, Ivan; THORSTENSEN, Vera. **Os BRICS na OMC: Políticas Comerciais Comparadas de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**. Brasília: IPEA, 2012. p. 23.

ção popular, o controle social e a gestão democrática da política pública, buscando a predominância do interesse público.

As Cúpulas de Presidentes dos países BRICS que se realizam anualmente têm sido momentos de enorme valia para o encontro e aprofundamento do diálogo entre os diversos atores e atrizes sociais de tais países. Porém, não é suficiente um encontro anual, sem seguimento e monitoramento das definições e sem acompanhamento e articulação das propostas que forem surgindo.

Assim, a implementação de um Mecanismo de Participação Social, como poderia ser um Fórum Consultivo de Sociedade Civil dos BRICS, com voz ativa nos processos e iniciativas levados à frente pelo Bloco, pode ser eficaz para dar legitimidade e força às definições e atuação dos BRICS.

A instalação de um mecanismo de participação social democrático, representativo e participativo pode ser mais uma linha de avanço efetivo do Bloco e que contribuirá muito para uma maior legitimidade e efetividade da atuação dos BRICS, não somente em seus países, mas, também, nos cenários regional e internacional. Para isto, a transparência das negociações, o acesso à informação dos debates e decisões e o financiamento público dessa participação são princípios imprescindíveis de uma participação diversificada e qualificada.



Reflexões finais

As iniciativas para democratizar a governança global e para multilateralizar as relações internacionais têm se multiplicado na última década. Para isto, os países BRICS têm jogado um papel fundamental, ainda que isto não signifique uma mudança estruturante do sistema econômico-financeiro global.

Entretanto, esses países podem continuar a aprofundar alguns elementos dessas mudanças mais ou menos estruturais em âmbitos diversos que vão dentre outros, desde o combate à pobreza, a mudança do padrão de divisão mundial do trabalho e da regulação financeira e o uso do dólar como moeda universal dos intercâmbios comerciais globais. Podem também aprofundar o diálogo entre eles, buscando identificar convergências e ampliar a cooperação em setores específicos, tais como agricultura, educação, área científico-tecnológica e acadêmica, além de direcionar os recursos do NBD inicialmente destinados a apoiar o desenvolvimento sustentável.

Porém, o rumo e o sentido dessas mudanças será, em boa parte, resultado da participação e pressão da sociedade civil dos países BRICS, ou seja, da incidência de seus movimentos sociais. Por isto, a troca de informações e a articulação política da sociedade civil dos países BRICS, através de suas organizações sociais, tornam-se fundamentais.

Assim, a presença das mulheres e sua articulação política ao interior e entre os países BRICS poderá ser a garantia da implementação de políticas públicas específicas que venham a superar as profundas desigualdades de gênero que permeiam todos os países BRICS e permitam o avanço de um desenvolvimento global mais justo e equitativo.

A sociedade civil dos países BRICS precisa definitivamente assumir as tarefas que a cada dia se tornam mais necessárias para a consecução de um mundo multipolar e sem uma hegemonia única; um mundo mais democrático.

Realização:

Instituto EQUIT

Elaboração:

Vivian Tavares Costa

Marina Cortez

Francisco Ebeling Barros

Coordenação:

Graciela Rodriguez

Edição:

Lucia Santalices

Projeto gráfico e diagramação:

Letra e Imagem Editora

Apoio::



FORD FOUNDATION

